

Bom senso sobre a questão de pedir dinheiro novo

Mais um fato inequívoco vem comprovar a mudança de atitude dos Estados Unidos perante a crise do endividamento. O presidente da Junta Federal da Reserva (Fed), Paul Volcker, com a responsabilidade que lhe confere o cargo, conclamou os bancos americanos a apoiar a proposta apresentada em Seul pelo secretário do Tesouro, James Baker III, para aumentar os empréstimos aos países em desenvolvimento.

A divulgação do apelo de Volcker coincidiu com a retomada de uma controvérsia interna sobre se o Brasil vai ou não solicitar dinheiro novo aos bancos internacionais. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, negaram que o País tenha solicitado novos empréstimos ou pretenda fazê-lo em futuro próximo. Mas isso não significa, de forma alguma, que o governo tenha renunciado, definitivamente, à hipótese de negociar novos créditos, se preciso for.

No momento, as autoridades

monetárias estão preocupadas em articular o programa econômico para 1986, que será objeto de entendimentos com o FMI e os credores. Não há por que colocar já a questão da obtenção de novos empréstimos, o que somente viria criar entraves às negociações, introduzindo um elemento novo. O que o atual governo deseja assegurar, acima de tudo, são as condições para que a economia do País possa crescer a uma taxa mínima anual de 5%, ao mesmo tempo que procede ao ajustamento interno, de acordo com as diretrizes delineadas pelo presidente Sarney.

Ora, se o Brasil puder manter a posição de reservas que hoje têm, ou seja, se as exportações não sofrerem uma brusca queda e não houver um aumento excepcional das importações, o objetivo de crescimento não será prejudicado. É claro que, como reconheceu o ministro da Fazenda, a necessidade de gerar saldos elevados na balança comercial afeta o controle da inflação. O ingresso de dinheiro novo, que deveria levar a

uma maior liberalização das importações, facilitaria a condução da política monetária e permitiria atender melhor às necessidades da indústria em uma fase de crescimento. Não chega a ser, porém, indispensável.

O que o País não pode aceitar é ser lançado, novamente, em uma crise cambial, como a de 1982-83. Se, em função do comportamento do mercado internacional, a situação cambial do Brasil se deteriorar progressivamente, aí, sim, a questão de conseguir dinheiro novo tornar-se-ia urgente, passando a dominar as negociações sobre o reescalonamento da dívida.

Nessa altura, a proposta do secretário Baker, agora referendada por Volcker, pode ser considerada, sob o ponto de vista brasileiro, como uma espécie de rede de segurança. Ainda que o País não atraísse um único dólar dos US\$ 20 bilhões que Baker solicitou aos bancos que emprestassem aos países em desenvolvimento, em um período de três anos, é confortador saber que o mercado inter-

nacional de empréstimos pode voltar a abrir-se para essas nações e que não predomina mais em Washington a política de "hands off" com relação à crise da dívida.

E oportuno lembrar que também o Banco Mundial deverá elevar os empréstimos aos países em desenvolvimento em US\$ 9 bilhões no triênio 1986-88, cabendo-lhe exercer um papel de muito maior relevo, nos próximos anos, nas relações com os endividados.

Finalmente, se o País necessitar de dinheiro novo, tem tudo para conseguir-lo. Como afirmou Funaro, "o Brasil coloca-se, no momento, em uma posição ímpar, entre os países devedores do Terceiro Mundo, por sua capacidade de manter rigorosamente em dia os pagamentos de juros externos". Se, como têm relatado os jornais, os grandes bancos dos Estados Unidos só se dispõem a emprestar mais "a países que podem pagar", o Brasil, evidentemente, pode. E o bom senso dirá quando o País deverá pleitear novos empréstimos.